

COMISSÃO	DATA	TERMINO
CTASP	03/05/93	07.05.93



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
(DO SR. JORGE TADEU MUDALEN)

ASSUNTO:

Acrescenta parágrafo ao artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12/01/93. ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E  
DESPACHO: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) – ART. 24, II.

A COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADM. E SERVIÇO PÚBLICO em 28 de JANEIRO de 19 93

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. DEP. PAULO ROCHA em 03/05/19 93

O Presidente da Comissão de Trabalho, de Adm. e Serv. Público

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

3504 DE 19 93 PROJETO N.º

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

PROJETO DE LEI Nº 3.504, DE 1993

(DO SR. JORGE TADEU MUDALEN)



Acrescenta parágrafo ao artigo 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO(ART. 54) - ART. 24, II)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3504 /93

"Acrescenta parágrafo ao art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943."

Do Sr. JORGE TADEU MUDALEN

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - O art. 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"§ 5º - A licença remunerada de que trata este artigo será também concedida à empreda que adotar ou obtiver a guarda judicial de criança, com menos de um ano de ida de."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.





CÂMARA DOS DEPUTADOS



J U S T I F I C A Ç Ã O

Nossa Constituição Federal, no Capítulo dos Direitos Sociais, assegurou, à mulher, licença gestante sem prejuízo do emprego ou do salário.

Posteriormente, a Lei nº 8112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, reservou, à servidora gestante, o mencionado benefício constitucional e, foi mais além, estendendo-o aos casos de adoção ou guarda de criança, com menos de um ano de idade.

Mas, infelizmente, nenhum diploma legal até agora se lembrou do caso da empregada celetista que também pode adotar ou, por ordem judicial, manter sob sua guarda, tais crianças tendo, portanto, o mesmo direito à licença gestante.

Realmente, a Consolidação das Leis do trabalho, ao conceder licença à empregada gestante não faz qualquer referência à sua concessão na hipótese de adoção ou guarda de menores naquela faixa etária.

A diferença de tratamento verificada nas duas situações- da servidora estatutária e da empregada sob o regime da C.L.T.- é, no mínimo, odiosa, não se justificando juridicamente. Tal fato só pode mesmo ser creditado ao esquecimento do legislativo que, felizmente, pode agora ser reparado através do presente projeto de lei que estamos submetendo à apreciação da Casa e que vem por fim à enorme injustiça causada às empregadas adotantes de crianças até um ano de idade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Cumpre, finalmente, ressaltar que a presente iniciativa foi inspirada em Moção da autoria da Deputada Roseli Thomeu, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, proposta no sentido de alertar as autoridades federais para a lacuna legal, ora corrigida.

O alcance social da medida preconizada nos traz a certeza de acolhida favorável por parte de nossos ilustres colegas.

Sala das Sessões, aos 12 de fevereiro 91

Deputado Jorge Tadeu Mudalen





CÂMARA DOS DEPUTADOS

"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PFLA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"



# DECRETO-LEI Nº 5.452 – DE 1º DE MAIO DE 1943¹

*Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho*

## Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)

### TÍTULO III DAS NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO

#### Capítulo III DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DA MULHER

#### Seção V DA PROTEÇÃO À MATERNIDADE

Art. 392. É proibido o trabalho da mulher grávida no período de 28 (vinte e oito) dias antes e 92 (noventa e dois) dias depois do parto.

- Redação dada pelo art. 71 da Lei nº 8.213 de 24-07-1991 (D.O. 25-07-1991).
- V. arts. 72 e 73 da mesma lei.

#### CONSTITUIÇÃO:

Art. 7º

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

NOTA – Lei Complementar disporá sobre a matéria. A Constituição (Disposições Transitórias, art. 10, II, b) dispõe que fica vedada a dispensa da empregada gestante, desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

Nos termos do art. 149 da Constituição, compete à União instituir contribuições sociais.

O art. 195, § 6º, determina que as contribuições sociais só poderão ser exigidas após decorridos noventa dias da data de publicação da lei que as houver instituído ou modificado, não se lhes aplicando o disposto no art. 150, III, b, isto é, não obedecem ao princípio da anualidade.

- Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 59. Os projetos de lei relativos a organização da seguridade social e aos planos de custeio e de benefício serão apresentados no prazo máximo de seis meses da promulgação da Constituição ao Congresso Nacional, que terá seis meses para apreciá-los.

Parágrafo único. Aprovados pelo Congresso Nacional, os planos serão implantados progressivamente nos dezoito meses seguintes.

§ 1º Para os fins previstos neste artigo, o início do afastamento da empregada de seu trabalho será determinado por atestado médico nos termos do art. 375, o qual deverá ser visado pela empresa.

§ 2º Em casos excepcionais, os períodos de repouso antes e depois do parto poderão ser aumentados de mais 2 (duas) semanas cada um, mediante atestado médico, na forma do § 1º.

§ 3º Em caso de parto antecipado, a mulher terá direito às 12 (doze) semanas previstas neste artigo.

- V. Constituição, art. 7º, XVIII.

§ 4º Em casos excepcionais, mediante atestado médico, na forma do § 1º, é permitido à mulher grávida mudar de função.

- Redação dada pelo decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967 (D.O. 28-2-1967).
- V. Enunciado TST nº 142.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**"LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PFLA  
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI"**



LEI Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Dispõe sobre o regime jurídico dos  
Servidores Públicos Civis da União,  
das autarquias e das fundações públi-  
cas federais.

.....

.....





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

## TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS

PROJETO DE LEI Nº 3.504/93

Nos termos do art. 119, **caput**, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, alterado pelo art. 1º, I, da Resolução nº 10/91, o Sr. Presidente determinou a abertura - e divulgação na Ordem do Dia das Comissões - de prazo para apresentação de emendas, a partir de 03/05/93, por cinco sessões. Esgotado o prazo, não foram recebidas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 1993.

  
Talita Yeda de Almeida  
Secretária





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Indefiro, por falta de amparo regimental, (RICD, art. 105, parágrafo único). Oficie-se ao Requerente e, após, publique-se.

Em 08/04/99

PRESIDENTE

Brasília, 07 de abril de 1999.

OF. GAB.JTM. Nº 0023/99.

Senhor Presidente,

De acordo com o Regimento Interno da Câmara dos Deputados Art. 105 Parágrafo único, requeiro o desarquivamento do Projeto de Lei 03504/93 que Acrescenta Parágrafo ao Artigo 392, da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5452, de 01 de maio de 1943. (Concedendo licença remunerada a empregada que adotar ou obtiver guarda Judicial de criança, com menos de um ano de idade).

Atenciosamente,

  
**JORGE TADEU MUDALEN**  
Deputado Federal

Excelentíssimo Senhor  
Deputado **MICHEL THEMER**  
Digníssimo Presidente da Câmara dos Deputados  
NESTA

Caixa: 167  
Lote: 71  
PL N° 3504/1993  
9

SECRETARIA - GERAL DA MESA	
Recebido	
Orgão	Presidência n° 1327/99
Data: 08/04/99	Hora: 14:52
Ass.: Angela	Ponto: 3491



SGM/P nº 412

Brasília, 03 de maio de 1999.

Senhor Deputado,

Comunico o indeferimento do requerimento de desarquivamento de Vossa Excelência, quanto ao Projeto de Lei nº 3.504/93, de vossa autoria, por contrariar o disposto no parágrafo único do art. 105, de nosso Regimento Interno, já que o PL se encontra arquivado desde 1995.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço e consideração.



**MICHEL TEMER**  
Presidente

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **JORGE TADEU MUDALEN**  
Anexo IV - gabinete nº 552  
Câmara dos Deputados  
**N E S T A**